

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA – ESTADO DO PARANÁ**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DA OUVIDORIA (ANO 2025)**

**Unidade:** Ouvidoria da Câmara Municipal de Nova Londrina – PR

**Responsável:** ADRIANA QUINA DE SOUZA

**Período de Referência:** 01/05/2025 a 06/12/2025

**Base Legal:** Art. 3º, VIII e Art. 4º da Lei Municipal nº 3.446/2022



### **1. Estatísticas e Fluxo de Manifestações**

**Total de Manifestações:** 17 registros processados.

**Identificação:** Predomínio de denúncias anônimas (resguardadas pela Lei nº 13.608/2018 e CF/88) e de servidores públicos concursados.

**Prazos:** Cumprimento do regime de resposta célere, com cientificação imediata da Mesa Diretora e Vereadores em 100% dos casos.

### **2. Motivos das Manifestações (Detalhamento por Gravidade)**

2.1 Conforme exige o Art. 4º, II da Lei 3.446/2022, os motivos foram categorizados por tipicidade:

- a) **Improbidade e Prevaricação:** Denúncias sobre a manutenção informal de servidor condenado pelo STF em funções de chefia e uso de bens públicos, mesmo após exoneração formal.
- b) **Fraudes em Licitações e Contratos:** Denúncias sobre fraude contratual, emissão de notas frias, serviços não executados e direcionamento de licitações e eventos privados.
- c) **Nepotismo e Favorecimento:** Casos envolvendo contratação de parentes de agentes políticos e acúmulo indevido de gratificações.
- d) **Gestão da Saúde Pública:** Relatos de negligência médica fatal, omissão de socorro e desvio de função de servidores da Saúde.
- e) **Irregularidades de Pessoal:** Equívocos no RH: tais como acúmulo de férias e pagamento de gratificações em desacordo com o regime de subsídio (Art. 39, §4º, CF).

### **3. Análise dos Pontos Recorrentes**

3.1 **Fragilidade no Controle Interno:** Reiteração de denúncias apontando omissão da Controladoria Geral do Município.

3.2 **Uso Político da Máquina:** Padrão de desvio de finalidade de atos administrativos para autopromoção (Patrono de Honra) e perseguição institucional.

3.3 **Reincidência Administrativa:** Necessidade de intervenção em práticas de "caixa dois" e uso irregular de cartões corporativos em cargos de comissão e agentes políticos.

CLTTE  
20/01/26  
M. J. A.

#### **4. Providências Adotadas e Resultados**

4.1 **Fiscalização Direta:** Expedição de ofícios ao Executivo com prazo de 10 dias para resposta, sob pena de responsabilidade.

4.2 **Encaminhamentos Externos:** Remessa de cópias integrais ao Ministério Público Estadual (MPPR) e Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) nos casos de indícios de crime ou dano ao erário.

4.3 **Medidas Corretivas:** Exoneração de Cargos em Comissão e regularização de gratificações indevidas após intervenção desta Ouvidoria.

#### **5. Conclusão e Recomendações**

5.1 O exercício de 2025 demonstrou a consolidação da Ouvidoria como canal de controle social. O relatório observa a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), os princípios constitucionais da administração pública e as boas práticas de governança e transparência exigidas pelos órgãos de controle.

##### **5.2 Recomenda-se para 2026**

- a) Auditoria no RH: Para sanar o passivo de férias acumuladas.
- b) Parecer Jurídico Prévio: Sobre todas as licitações com indícios de parentesco de 3º grau com agentes políticos.

Era o que tínhamos para relatar.

  
**ADRIANA QUINA DE SOUZA**  
Responsável Ouvidoria